



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Reguffe

PROJETO DE LEI DO SENADO n.º, de 2017.

(Do Sr. SENADOR REGUFFE)

Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para obrigar as empresas de planos de saúde a oferecer e comercializar planos de saúde individuais aos consumidores.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 8º da Lei n.º 9.656, de 3 de junho de 1998, passa a vigorar acrescido do inciso VIII, assim redigido:

“Art. 8º

.....

VIII – comercializar planos individuais de assistência à saúde.

..... ” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei busca alterar a Lei nº 9.656, de 03 de junho de 1998, para obrigar as operadoras de planos de saúde a oferecer e comercializar planos de saúde individuais aos consumidores.



SF/17847.51144-12



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Reguffe

Atualmente, as empresas de planos de saúde se utilizam de uma artimanha para se negarem a oferecer planos de saúde individuais, obrigando os consumidores a adquirir planos coletivos que não contam com garantias importantes aos consumidores.

Os planos de saúde individuais contam com duas proteções fundamentais ao consumidor, que não existem nos planos coletivos. Nos planos individuais, o reajuste dos planos é autorizado anualmente pela ANS, não podendo as operadoras aplicar aumentos superiores aos autorizados pela ANS. Além disso, também nos planos individuais, não podem as empresas rescindir unilateralmente os contratos com os consumidores.

E para não se submeter a essas cláusulas protetivas dos consumidores, as operadoras de planos de saúde tem deixado de oferecer planos individuais. Quando as empresas de plano de saúde se negam a vender planos individuais, obrigam milhões de pessoas a contratar planos coletivos. E quem contrata plano de saúde coletivo não conta com a proteção dessas duas garantias fundamentais: controle de reajuste pela ANS e a impossibilidade de rescisão unilateral por parte das empresas.

Com efeito, o projeto garante à população o direito de contratar um plano de saúde individual, determinando que as operadoras de saúde ofertem, necessariamente, esse produto ao consumidor. O direito à saúde não pode ser negligenciado e sucumbir à lógica pura e simples do maior lucro possível pelas operadoras de planos de saúde.

A Constituição Federal é clara ao estabelecer, em seu art. 197, que "são de relevância públicas as ações e serviços de saúde". Isso porque, como se sabe, a saúde suplementar no Brasil é exercida pela iniciativa privada, em regime de concorrência



SF/17847.51144-12



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Reguffe

com a saúde pública, dever do Estado e direito de todos, nos termos do art. 196 da Carta da República.

Em suma, permanecem as operadoras de planos de saúde autorizadas a comercializar planos coletivos, empresariais e por adesão, tendo como obrigação legal, entretanto, a oferta e comercialização de planos de saúde individuais aos consumidores que assim precisarem e desejarem.

E assim se faz, justamente, em nome da "relevância pública das ações e serviços de saúde" à população, tendo em vista a natureza vital e constitucional do direito à saúde no Brasil.

Sala das Sessões, em ...

REGUFFE

SENADOR DA REPÚBLICA



SF/17847.51144-12